



A PERNA MAIS CURTA DO “TRIPÉ”: Sobre os desafios e dificuldades de realizar extensão acadêmica no Brasil

THE SHORTEST LEG OF THE “TRIPOD”: on the challenges and difficulties of carrying out academic extension in Brazil

Fábio Luiz Tezini Crocco

Instituto Tecnológico de Aeronáutica
São José dos Campos, SP, Brasil
fabioftc@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-1796-3060>

Nilda Nazaré Pereira Oliveira

Instituto Tecnológico de Aeronáutica
São José dos Campo. SP, Brasil
nildanpoliveira@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0001-8909-512X>



RESUMO

A realidade atual brasileira apresenta profundos desafios políticos, econômicos e culturais para a efetivação de uma educação de qualidade e de uma sociedade mais justa, dificultando-se a realização dos princípios constitucionais da autonomia universitária e da indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão. Apesar dessa base triplíce, sabemos que a Extensão foi integrada após a consolidação e a legitimidade histórica do Ensino e da Pesquisa. As marcas históricas dessa subalternidade estão expressas na falta de interesse e, até mesmo, de compreensão de seu conceito por parte significativa dos professores universitários. A falta de valorização institucional, refletida nos financiamentos escassos e na baixa consideração para a progressão/promoção funcional dos docentes, aprofunda o desinteresse; além disso, dificulta a integralização da Extensão no currículo dos cursos superiores e, conseqüentemente, restringe seu papel formativo em articulação ao Ensino e à Pesquisa. Diante desses e outros assuntos, este artigo propõe análises e reflexões sobre (1) desafios para a realização da Extensão Acadêmica no Brasil, (2) dificuldades de realizar Extensão Acadêmica no Brasil e (3) desafios e dificuldades no processo de Curricularização da Extensão, relacionados às metas estabelecidas nas Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira (CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018).

Palavras-chave: Educação Superior, Extensão, Curricularização

ABSTRACT

The current Brazilian reality presents deep political, economic and cultural challenges for the realization of a quality education and a fairer society, making it difficult to achieve the constitutional principles of university autonomy and inseparability between Teaching, Research and Extension. Despite this triple base, we know that Extension was integrated after the consolidation and historical legitimacy of Teaching and Research. The historical marks of this subalternity are expressed in the lack of interest and, even, of understanding of its concept by a significant part of university professors. The lack of institutional valuation, reflected in the scarce financing and in the low consideration for the functional progression/promotion of professors, deepens the lack of interest. Besides, it makes it difficult to integrate Extension into the curriculum of higher education courses and, consequently, restricts its formative role in articulation with Teaching and Research. In view of these and other issues, this article proposes analyses and reflections on (1) essential challenges to carry out Academic Extension in Brazil, (2) difficulties of carrying out Academic Extension in Brazil and (3) challenges and difficulties of the curricularization process of Extension, related to the goals established in the Guidelines for Extension in Brazilian Higher Education (CNE/CES No. 7, December 18, 2018).

Keywords: Higher Education, Extension, Curricularization.

Introdução

A história da Extensão no Brasil está permeada por inúmeros desafios políticos, econômicos, culturais, teóricos, metodológicos e burocrático-institucionais e por dificuldades práticas para a realização das atividades extensionistas. Desde a publicação das Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira (CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018), diversas universidades, faculdades e centros universitários estão em busca de “modelos” para a implantação dos 10% de extensão obrigatórios em seus currículos. Evidentemente, aquelas Instituições de Ensino Superior (IESs) que já cumpriam a Meta 12.7 do Plano Nacional de Educação (Lei nº13.005/2014) têm menos dificuldade neste processo.

Já existe uma vasta literatura sobre o assunto, tanto sobre o(s) conceito(s) de “Extensão Universitária”, como sobre diversos exemplos de realização dela. Este periódico (*Interfaces: Revista de Extensão da UFMG*), por exemplo, possui Edições, Artigos, Editoriais e Relatos de Experiência que podem orientar e exemplificar ações para quem almeja aprofundar essa prática.¹ Mesmo antes da publicação das novas diretrizes, e de maneira mais numerosa posteriormente, assistimos a uma série de publicações específicas sobre a “curricularização da extensão universitária” (Dagnino, 2021; Forproex, 2006; 2012; Gadotti, 2017; Mayorga, 2021; Pereira & Vitorini, 2019). É nesse contexto que o artigo foi construído, pois visa contribuir com a apresentação e a discussão dos resultados de duas pesquisas empíricas baseadas na percepção de docentes universitários. Em um primeiro momento, a pesquisa foi apresentada no IX Simpósio Nacional de Ciência, Tecnologia e Sociedade (ESOCITE.BR)² e, posteriormente, aperfeiçoada e adequada ao formato de artigo para este periódico.

A pesquisa foi desenvolvida a partir de investigação bibliográfica/histórica/documental exploratória – inclusive em sites e documentos de IESs – e pesquisa de campo com foco nos docentes. Essa preocupação surgiu em nossa própria Instituição, o Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), onde atuamos em uma disciplina de graduação, obrigatória para todos os alunos do 1º ano, na qual aliamos Ensino e Extensão³. No início de 2021, nosso Laboratório de Cidadania e Tecnologias Sociais (LabCTS) elaborou e enviou um questionário sobre a prática extensionista e a curricularização da Extensão para todos os professores da Instituição; como resultado, descobrimos que a grande maioria desconhecia o assunto. Essa situação interna nos motivou a investigar outras realidades, para além da revisão bibliográfica.

A coleta de dados foi realizada no período de 13 a 30 de setembro de 2021 e pautou-se no envio de questionários para dois grupos diferentes: 1. *Docentes Extensionistas* (profissionais da educação superior com atestada experiência em atividades de Extensão Acadêmica) e 2. *Docentes em geral* (profissionais da educação superior em geral, independentemente de possuírem ou não experiência em atividades de Extensão Acadêmica, com a finalidade de comparar e analisar diferenças em relação ao outro grupo investigado). Dialogar com professores extensionistas é uma ação que já praticávamos em diversos fóruns. Dessa forma a escolha dos docentes extensionistas foi pautada na diversidade de áreas de conhecimento, incluindo a opção “interdisciplinar”. O outro critério foi o regional, pois buscamos abarcar todas

¹ Mais detalhes ver: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistainterfaces>.

² A pesquisa foi apresentada no GT13 - CTS, TEORIA & PRÁTICA E AÇÃO POLÍTICA. Mais detalhes ver: <https://esociteg.esocite.org.br/>.

³ Projeto Formação de Engenheiros e Cidadania (pFEC), que vincula atividades extensionistas ao ensino da disciplina HUM-70: Tecnologia e Sociedade. Mais detalhes ver: <https://www.labcts.org/pfec>.

as regiões do Brasil.

Para o primeiro grupo, foi enviado questionário quantitativo-qualitativo via *e-mail* e obtivemos 17 respostas. A escolha dos professores do segundo grupo foi aleatória, mas seguiu alguns critérios. Foi enviado questionário quantitativo via *e-mail* e grupos de *WhatsApp*, para grupos de pesquisa das diversas áreas do conhecimento, seguindo-se sugestões de docentes do primeiro grupo, e para associações científicas, seguindo-se a técnica *snowball sampling* – “bola de neve/recrutamento em cadeia” (Albuquerque, 2009) ; com isso, obtivemos 87 respostas. Portanto, o total de respondentes foi 104.

Responderam ao questionário docentes de todas as regiões do país (Sudeste 62,5%, Nordeste 11,5%, Norte 10,5%, Centro-Oeste 10,5% e Sul 4,8%), sendo os respondentes de 26 Universidades Federais, nove (9) Universidades Estaduais, oito (8) Instituições Privadas de Ensino Superior e sete (7) Institutos Federais.

Os dados coletados foram analisados a partir de procedimentos quantitativos e qualitativos. Recorremos à análise relacional e à interpretação qualitativa, assim como à técnica de triangulação e confrontação dos dados (Minayo *et al.*, 2015; Triviños, 1995). Consequentemente, os dados foram discutidos com base em métodos compreensivos e reflexivos.

Assim, com a finalidade de expor os dados e as análises de forma objetiva e didática, dividimos o artigo em cinco partes, sendo elas: (i) Introdução, (ii) Desafios para a realização da Extensão Acadêmica no Brasil, (iii) Dificuldades de realizar Extensão Acadêmica no Brasil, (iv) Desafios e dificuldades do processo de Curricularização da Extensão e (v) Considerações finais.

Desafios para a realização da extensão acadêmica no Brasil

Quando focamos nos desafios referentes à promoção da Extensão, nos saltam aos olhos duas questões essenciais que se desdobram em elementos e fenômenos específicos: (1) a relação quase sempre problemática entre Universidade e Sociedade e (2) o papel quase sempre acessório da Extensão nas universidades brasileiras. Analisar as dificuldades aparentes, imediatas e práticas de realizar Extensão exige a reflexão mediada pelos elementos essenciais trazidos nestas duas questões.

A primeira questão, referente à relação entre Universidade e Sociedade⁴ provoca-nos a pensar sobre qual o papel social da Educação Superior. Essa questão fundamental, que por motivo de foco e limite de espaço não trataremos aqui, deve sempre acompanhar o debate público dentro e fora dos muros escolares. Mas a questão também nos remete a um fenômeno bem conhecido e estudado pelos pesquisadores do assunto: o fenômeno da “torre de marfim” (Addor & Lianza, 2015; Crocco *et al.*, 2021; Demo, 1996; 2001; Fraga, 2019; Wolff, 1993), o qual nos remete à ideia de afastamento e isolamento social da Universidade - por ser vista como *locus* de erudição e de desenvolvimento da abstração intelectual e científica -, e, consequentemente, à perspectiva de que o ambiente acadêmico resiste a dialogar de forma linear, horizontal e não tecnocrática com a Sociedade e, também, de que não é permeável às demandas cotidianas e não se debruça a enfrentar os problemas sociais mais imediatos.

⁴ A própria proposição da dicotomia entre Universidade e Sociedade já demonstra essa cisão construída historicamente e presente na clássica concepção de Universidade enquanto “santuário do saber” (Wolff, 1993).

Em vista disso, Demo (1996) apresenta o duplo sentido de a Extensão ser considerada a má consciência da Universidade. Segundo o autor, “de uma parte, porque, incomodada pela pecha da ‘torre de marfim’, inventa vinculações sociais compensatórias, e de outra, porque não consegue trazer o desafio social e sobretudo da cidadania para dentro da proposta curricular” (Demo, 1996 *apud* Demo, 2001, p. 141).

Como forma de compreender e enfrentar as dificuldades que se impõem para tornar a relação entre Universidade e Sociedade mais horizontal, Deus (2020, p. 53) destaca que “a mais aguda dificuldade está na disputa interna das forças hegemônicas instaladas nas universidades. A cultura institucional dominante torna estas instituições assépticas, por vezes isoladas e de costas para o seu entorno”. Além disso, a autora destaca que o grande desafio é tornar essa relação mais linear e motivar docentes e discentes a não realizarem atividades apenas nas salas e laboratórios – apesar da cotidiana falta de tempo e da pressa para “dar conta” dos conteúdos dentro da carga horária prevista. Ainda que a estrutura dos currículos dos cursos de graduação seja rígida, “a atuação em programas, projetos e territórios é um passo importante para a mudança de perspectiva” (Deus, 2020, p.76).

É evidente que a mudança de perspectiva não depende apenas da vontade de docentes e discentes, mas de toda uma concepção de Universidade que valoriza e promove (ou não) condições práticas de mediar Universidade e Sociedade e, conseqüentemente, de investir na Extensão enquanto potencialidade de pensar e enfrentar problemas sociais concretos e de vincular-se ao Ensino e à Pesquisa com foco na formação integral de qualidade e na produção de conhecimentos.

Diante do aprofundamento dessa mediação, podemos negar a dicotomia clássica que apresenta Universidade e Sociedade como elementos separados e investir esforços teóricos e práticos para a constituição de uma perspectiva de conjunto (*ensemble*), conforme preconiza a metáfora do *tecido sem costura* (Novaes & Dias, 2009, p. 37), e pensar em Universidade-Sociedade a partir da inter-relação efetiva e profícua de Ensino, Pesquisa e Extensão.

Na realidade, essa separação preconizada na metáfora “torre de marfim” é problemática pelo fato de toda Universidade relacionar-se de forma mais ou menos direta e intensa com o seu meio social. A questão de haver relação ou não é um item fundamental, mas pela metade; a outra metade diz respeito à perspectiva qualitativa e teleológica que define como e qual tipo de relação é estabelecida e a quem ele beneficia.

O que concretamente está implícito na clássica metáfora é a concepção conservadora, elitista e tecnocrática; conseqüentemente, há, nela, a defesa do prestígio e dos privilégios de quem habita dentro dos muros Universitários. Em vista disso, é indiscutível a necessidade de aprofundar o vínculo Universidade-Sociedade, mas é também primordial refletir e avaliar as questões políticas (e ideológicas), econômicas e culturais que envolvem e direcionam a atuação da Universidade em sua articulação necessária e obrigatória com o social.

Entretanto, o sucesso dessa dupla atuação só será razoavelmente alcançado quando a Extensão superar sua condição quase sempre acessória nas universidades brasileiras. E isso nos leva à segunda grande questão essencial.

Um primeiro elemento que merece destaque para discutirmos o lugar da Extensão

na Universidade é a análise do sentido linguístico da palavra “extensão”, que remete, dentre outras coisas, à ideia de “estender”, de “levar algo para outro”, e, nesse sentido, Freire (2001, p. 21-22) demonstra o “campo associativo” do termo: aquilo que se encontra “em relação significativa com transmissão, entrega, doação, messianismo, mecanicismo, invasão cultural, manipulação, etc.”. Essa perspectiva semântica remete à ideia de que o conhecimento da Universidade é produzido distante da realidade social e entregue a ela como em um ato de “bondosa doação”. Assim, percebemos não apenas a perspectiva cindida de Universidade e Sociedade, mas, também, a concepção acessória, secundária e complementar da Extensão, sem a qual a Universidade pode, supostamente, sem problemas, continuar a desenvolver sua elevada formação e produção do conhecimento.

Seguindo a perspectiva freiriana, Demo (2001, p. 152) questiona o termo e o lugar da Extensão como algo acessório; elucida, além disso, que “faz pouco sentido manter a extensão como algo fora da organização curricular. O desafio da cidadania – geralmente despachado para a extensão – permanece algo extrínseco, voluntário e intermitente, quando deveria ser a alma do currículo”.

Incluir a Extensão no currículo significa pensar no vínculo Universidade-Sociedade como essencial para a produção e transmissão do conhecimento e considerar, como elementos centrais da formação dos egressos, as contribuições provenientes dos diferentes setores da sociedade. Nessa direção, Jara (*apud* Deus, 2020, p. 91) declara que não podemos “mais olhar apenas para o nosso próprio interior, mas sim compreender que o sentido do fazer universitário só pode se realizar na resposta aos desafios da sociedade à qual pertencemos”.

Considerando a necessidade desse vínculo essencial, o Fórum Nacional de Pró-Reitores das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras (FORPROEX) reconheceu a Extensão como *práxis* educativa. A partir da crítica à perspectiva acessória e da construção de um vínculo com o social que permita ganhos significativos para todos os envolvidos, o Fórum propôs um currículo dinâmico, flexível e transformador com a finalidade de impulsionar a democratização do conhecimento (Forproex, 2006). Nessa direção, o FORPROEX preconizou que “a Extensão Universitária, sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade” (2012, p. 28).

Assim, torna-se fundamental que a Universidade crie ambientes de reflexão para avaliar a Extensão como pretora de múltiplas transformações e, conseqüentemente, repense sua prática (formativa e produtora de conhecimento) e atue motivada pelo enfrentamento dos desafios provenientes da sua vinculação com a sociedade. Diante disso, Deus (2020, p. 81) enfatiza:

Isto implica em institucionalizar a Extensão Universitária, em cada universidade, como essencial para o funcionamento institucional e para a formação cidadã. A universidade pública brasileira tem, como sua primeira missão, produzir conhecimento necessário para auxiliar a sociedade na solução de problemas urgentes e emergentes. Decorre, dessa premissa, a estreita relação com as atividades realizadas em conjunto com diferentes segmentos da sociedade. No entanto, não se pode jogar, para a Extensão Universitária, uma missão apartada do todo.

Isso significa não apenas valorizar, mas praticar a indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão. Para isso é necessário repensar o papel formativo e social da Universidade e institucionalizar a Extensão por meio da Curricularização, tornando-a obrigatória e subsidiada em pé de igualdade com o Ensino e a Pesquisa.

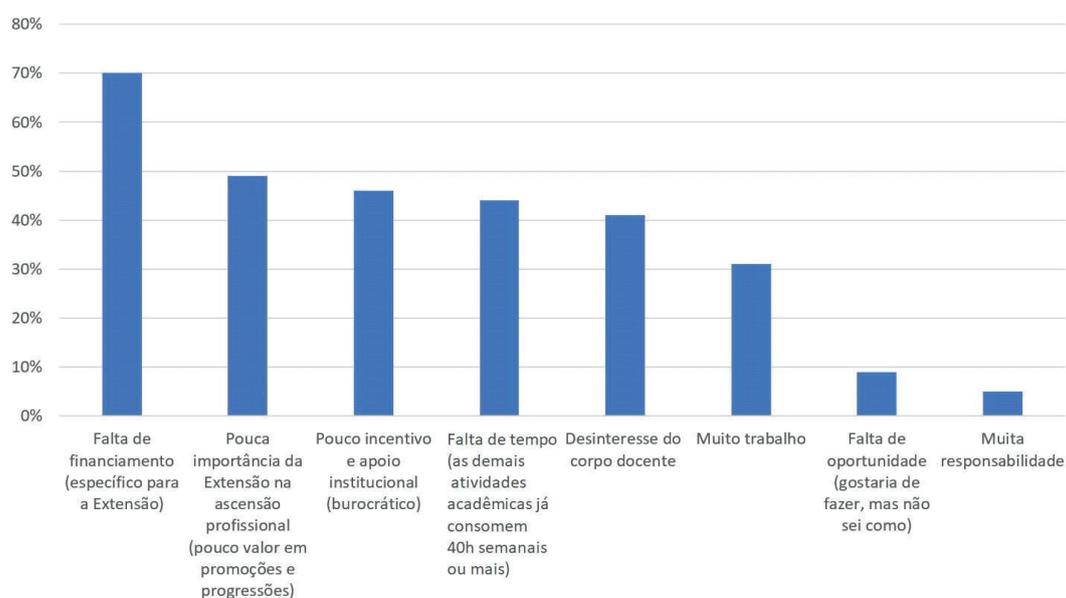
Apesar de termos avançado formalmente no enfrentamento dos desafios relacionados às duas grandes questões essenciais abordadas aqui⁵, esta é uma discussão inacabada, pois ainda há muitas resistências para equilibrar a balança para o lado da Extensão, o que gera inúmeras dificuldades práticas e cotidianas para a realização das atividades extensionistas, como veremos a seguir.

Dificuldades de realizar extensão acadêmica no Brasil

Articuladas aos grandes desafios abordados na seção anterior, as dificuldades gerais que envolvem a prática extensionista serão agora alvo de nossa análise. No caso dessa pesquisa, focamos, especificamente, nas dificuldades institucionais, burocráticas e profissionais, sob a ótica docente, que se somam a todas as outras dificuldades específicas do fazer Extensão (Addor & Lianza, 2015; Demo, 1996; 2001; Deus, 2020; Freire, 2011; Fraga, 2019; Nez & Esser, 2016; Wolff, 1993). Assim, com a finalidade de contribuir com esse debate, apresentaremos e discutiremos os dados coletados na pesquisa de campo com docentes do Ensino Superior.

Questionamos aos dois grupos docentes (extensionistas e docentes em geral) sobre os principais motivos que dificultam a realização da Extensão Universitária. As principais respostas dos 104 respondentes estão sintetizadas na Figura 1.

Figura 1 - Principais motivos que dificultam a realização da Extensão Universitária elencados por todos os docentes entrevistados.



Fonte: elaboração dos próprios autores.

⁵ Cabe ressaltar a publicação da Resolução N.º 7, de 18 de dezembro de 2018, que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira (Brasil, 2018), e que torna obrigatória a inclusão da Extensão nos currículos dos cursos de graduação, como veremos com mais detalhes na última seção deste artigo.

Outros motivos foram apresentados de forma descritiva no Quadro 1. Estes, por sua vez, relacionam-se direta ou indiretamente com os dados expostos na Figura 1.

Quadro 1 - Relatos dos docentes extensionistas sobre desafios e dificuldades de realizar Extensão Universitária.

"Redução de recursos do governo federal" (IFPA e UEPA).
"Burocracia na captação e uso de recursos" (USP).
"Falta de tempo devido ao acúmulo de atividades administrativas e extras (fora as acadêmicas)" (UEL).
"Falta de conhecimento sobre o que é extensão" (IFSP).
"A maior parte do corpo docente (...) não entende o que é extensão, tem interesse na oferta de cursos pagos, não consegue relacionar o impacto das atividades de extensão com o aprimoramento da formação profissional" (UNB).
"Muitas atividades são palestras, webinars, dentro de alguns projetos. No departamento falta melhor articulação e contato entre os professores para algo prático, junto com a comunidade" (UFS).

Fonte: Elaboração dos próprios autores.

Os seis itens - os mais elencados, dentre outros - do Quadro 1 demonstram questões intrínsecas do trabalho docente relacionadas às condições institucionais e laborais que dificultam ou mesmo inviabilizam a realização da Extensão.

A falta de financiamento específico para a Extensão é de longe o principal problema apontado e, claramente, impossibilita a realização das atividades extensionistas. Conforme foi destacado por grande parte dos docentes, principalmente aqueles vinculados às Instituições Públicas Federais e Estaduais, a maioria das Instituições de Ensino Superior (IES) possui órgãos específicos de gestão da Extensão e linhas de financiamento (e editais) para programas, projetos, atividades e bolsas, mas esses recursos são, geralmente, muito limitados e concorridos. Além disso, as ameaças constantes e a efetivação dos cortes de verbas institucionais são motivos de insegurança e dificultam o financiamento de novas atividades e a continuidade daquelas já desenvolvidas e em andamento.

Além disso, nas IESs públicas como também nas privadas, o fato de a Extensão não estar profundamente relacionada às atividades de Ensino ou incluída nos currículos de forma direta e efetiva torna-a acessória e secundária, conforme discutimos anteriormente. Portanto, num cenário concorrencial e de restrição de verbas, são elas as atividades consideradas menos importantes e, portanto, menos assistidas financeiramente.

Outro fato importante a se considerar no que se refere à falta de verbas para a Extensão é, em muitos casos, a complexidade de suas atividades, que exigem linhas de financiamento, gestão e prestação de contas específicas. Contudo, diferentemente da Pesquisa, enquanto locus principal da produção do conhecimento, que possui relevantes instituições de fomento governamentais ⁶(estaduais e federais) e privadas, a Extensão carece dessas instituições (públicas e privadas), de linhas de financiamento e de editais públicos, que, quando existem, são raros, concorridos e não dão conta de suprir razoavelmente as demandas das IESs.

⁶ Apesar de possuir mais oportunidades, hoje, com os cortes das verbas públicas destinadas ao fomento da produção do conhecimento, até mesmo a Pesquisa vem sofrendo graves ameaças.

O segundo item mais destacado pelos docentes foi a pouca importância da Extensão na ascensão profissional (pouco valor em progressões e promoções). Esse fato pode ser explicado a partir de três questões que se relacionam entre si: (i) *pouco prestígio acadêmico*, em comparação com o Ensino, percebido como a atividade fim mais importante, e com a Pesquisa, considerada o fazer intelectual por excelência; (ii) *pouco valor institucional*, como efeito da questão anterior e do fato de ser, normalmente, vista como atividade acessória, complementar e compensatória; (iii) *falta de compreensão institucional* (de servidores, docentes e discentes), a qual se liga, por consequência, à incapacidade de equacionar os esforços relacionados ao fazer extensionista.

A falta de prestígio, valor e compreensão traz como consequência o valor reduzido em progressões e promoções, assim como o pouco incentivo e apoio institucional. Não à toa, este foi apontado pelos docentes como o terceiro principal motivo que dificulta a realização da Extensão. Nesse caso, o apoio (ou incentivo) está relacionado às questões burocráticas fundamentais para a construção, execução e finalização (elaboração de projetos, estabelecimento de parcerias, apoio administrativo e prestação de contas financeiras e sociais) das atividades realizadas.

O quarto e o sexto motivos mais destacados pelos docentes estão articulados e relacionam-se diretamente com as condições laborais vivenciadas nas IESs. Ao apontarem “falta de tempo (as demais atividades acadêmicas atuais já consomem 40h semanais ou mais)” e “muito trabalho”, os docentes expõem a intensificação laboral que se agrava com a redução dos investimentos educacionais e com a lógica concorrencial de mercado. No trabalho intelectual e acadêmico, o aumento do ritmo e a expansão da jornada de trabalho são, geralmente, problemas que ficam ocultos, dadas as características imateriais da profissão, e, além da redução da qualidade da educação ofertada, são condições causadoras de doenças físicas e mentais.

Diante de tais condições laborais e dos motivos discutidos anteriormente, poucos são aqueles que se sentem motivados a realizar atividades extensionistas que, como sabemos, possuem sua complexidade e exigem a responsabilidade de mediar instituições e grupos sociais para o estabelecimento profícuo do vínculo Universidade-Sociedade.

O “desinteresse do corpo docente”, apontado na Figura 1, como o quinto principal motivo, está claramente relacionado aos motivos apresentados até aqui, mas pode possuir múltiplas causas.

Dentre outros elementos destacados pelos docentes na pesquisa de campo, podemos relacionar o desinteresse com o desconhecimento do que é Extensão, sendo compreendida como qualquer atividade realizada além do Ensino, da Pesquisa e das atividades administrativas. Nesses casos, a compreensão mais comum é que a Extensão seria sinônimo de cursos, palestras e *webinars* (como educação continuada e oportunidade de capitalização) sobre temas de pesquisa ou de interesse dos docentes, mas sem, necessariamente, vínculo direto com o Ensino e com o processo de formação discente e sem a participação de alunos de graduação ou pós-graduação.

O desinteresse também está relacionado com a tradição da Universidade enquanto “torre de marfim” e “santuário do saber” (Wolff, 1993) e com a reprodução de um *modus*

operandi formativo mais dedicado à Pesquisa, pelo qual passou a maioria dos docentes. Desse modo, há uma tendência de repetição dos padrões dos próprios processos formativos por parte dos docentes e de reprodução do caráter acessório, complementar e extracurricular (como um plus, um algo a mais, uma vivência, um adereço) da Extensão. Diante disso, reproduzem-se, também, o estigma relacionado ao fazer extensionista e a descredibilização dos docentes que se dedicam à Extensão.

Desafios e dificuldades do processo de curricularização da extensão

Antes de abordarmos os desafios e as dificuldades do processo de Curricularização, via creditação, da Extensão nos cursos de graduação das Instituições de Ensino Superior (IES), sob a ótica docente, é oportuno contextualizar, brevemente, a discussão, a partir de seus elementos históricos e legais mais importantes.

A genealogia da Curricularização da Extensão tem sua base legal no princípio constitucional estabelecido no Art. 207 da Constituição Cidadã de 1988: “as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” (Brasil, 2020).

Esse princípio direcionou a elaboração do Plano Nacional de Educação (PNE, 2001-2010) e estabeleceu o Programa de Desenvolvimento da Extensão Universitária com a finalidade de garantir pelo menos 10% do total de créditos exigidos para a graduação no ensino superior em atividades extensionistas. Posteriormente, essa proposta foi ratificada no atual PNE (2014-2024), que determina, na estratégia 7 da Meta 12, a obrigatoriedade de as instituições públicas de ensino superior assegurarem, “no mínimo, dez por cento do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social” (Brasil, 2014).

Nesse sentido, conforme Pereira e Vitorini (2019), é importante destacar o fato de o PNE (2014-2024) estabelecer não apenas a creditação curricular quantitativa da Extensão, mas também orientar qualitativamente esse processo. Ao complementar que os créditos curriculares devem ser cumpridos via programas e projetos de extensão universitária, a estratégia ressalta que não se trata de qualquer ação, mas de “ações extensionistas que têm amplitude, objetivos, nível de interação com a comunidade e articulação entre áreas mais amplas e orgânicas, diferentemente de ações pontuais, como eventos” (Pereira & Vitorini, 2019, p. 22).

Preocupado com a qualidade das ações de Extensão, o Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras estabeleceu diretrizes que devem orientar a formulação e implementação das ações de Extensão Universitária, conforme salienta a Política Nacional de Extensão Universitária (Forproex, 2012). São elas: Interação Dialógica, Interdisciplinaridade e Interprofissionalidade, Indissociabilidade Ensino-Pesquisa-Extensão, Impacto na Formação do Estudante e, finalmente, Impacto e Transformação Social.

Motivados por essa discussão pregressa, o Conselho Nacional de Educação-CNE e a Câmara de Educação Superior-CES do Ministério da Educação-MEC publicaram a Resolução N° 7, de 18 de dezembro de 2018, que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira, regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014 (PNE 2014-2024) e dá outras providências (Brasil, 2018). Assim, encontramos nesta Resolução conceitualizações,

definições e orientações para a Curricularização da Extensão Universitária nos cursos de graduação de todas as Instituições de Ensino Superior (IES) do Brasil.

Nessa direção, a Resolução N° 7/2018, em seu Capítulo I (DA CONCEPÇÃO, DAS DIRETRIZES E DOS PRINCÍPIOS), Art. 3º, explana:

A Extensão na Educação Superior Brasileira é a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa (Brasil, 2018).

Dentre outras providências, a Resolução N° 7/2018 determinou em caráter obrigatório, no seu Art. 4º, que “as atividades de extensão devem compor, no mínimo, 10% (dez por cento) do total da carga horária curricular estudantil dos cursos de graduação, as quais deverão fazer parte da matriz curricular dos cursos” (Brasil, 2018). Além disso, estabeleceu, no Art. 19, que “as instituições de ensino superior terão o prazo de até 3 (três) anos, a contar da data de sua homologação, para a implantação do disposto nestas Diretrizes” (Brasil, 2018)⁷.

A obrigatoriedade da Extensão nos currículos e o prazo estabelecido para a realização das adequações geraram muitos debates nas IESs e, apesar da Resolução N° 7/2018 regulamentar esse processo, muitas dúvidas surgiram e decorreram “da relativa liberdade que o CNE/SES/MEC dá às IES, respeitando as características de cada uma, dada inclusive a localização, áreas de atuação e número de docentes e discentes” (Figueiredo, 2020, p. 229).

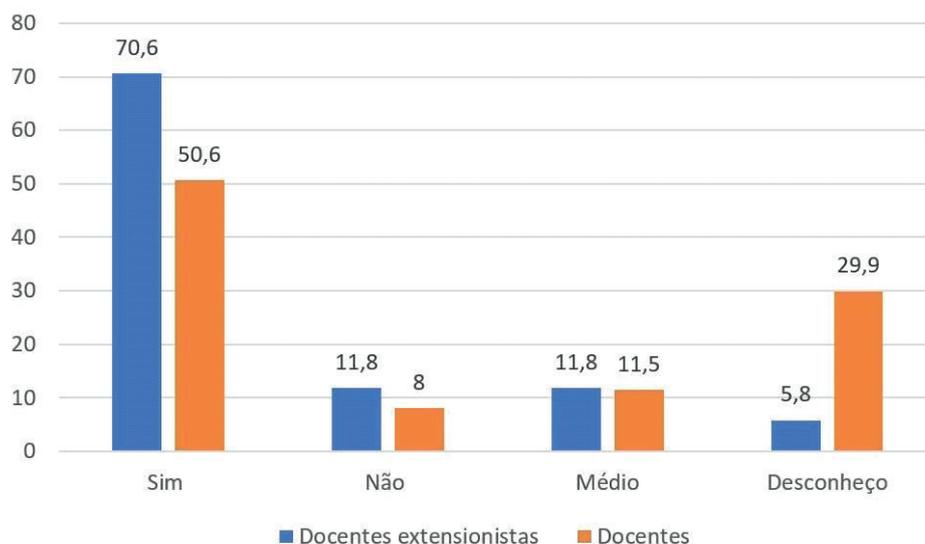
Ademais, o cumprimento das Diretrizes exige mudanças institucionais e pedagógicas que perpassam os Projetos de Desenvolvimento Institucional – PDIs e os Projetos Pedagógicos de Curso – PPCs das IESs, as quais serão necessárias “para o Instituto Anísio Teixeira - INEP [...] autorizar, reconhecer, renovar reconhecimento de cursos, credenciar e reconduzir estas instituições, de acordo com o Sistema Nacional de Avaliação – SINAES” (Figueiredo, 2020, p. 233).

Assim, com a finalidade de compreender como as IESs (universidades, centros universitários e faculdades) estão se adequando às exigências da Resolução N° 7/2018, perguntamos aos docentes entrevistados na pesquisa de campo detalhes sobre esse processo em suas respectivas Instituições. Como resultado, obtivemos um panorama heterogêneo de ações, inércia e muitas dúvidas, o que indica um cenário de desafios e dificuldades para a efetiva e qualitativa Curricularização da Extensão, conforme veremos a seguir.

Primeiramente, é importante evidenciar que a maioria dos docentes (16 dos 17 docentes extensionistas e 65 dos 87 docentes em geral) afirmou ter conhecimento da Resolução N° 7/2018, que, dentre outros fatores, exige um mínimo de 10% da carga horária curricular em atividades de Extensão. A maioria dos docentes também destacou os esforços de adequação às Diretrizes da Extensão realizados pelas suas IESs, conforme detalhes apresentados na Figura 2.

⁷ O prazo foi prorrogado até dezembro de 2022 por causa da pandemia de COVID-19 em Despacho do Ministro da Educação, publicado no D.O.U. de 28/12/2020, Seção 1, Pág. 168. Mais detalhes ver: <<http://portal.mec.gov.br/docman/setembro-2020-pdf/157501-pces498-20/file>>. Acesso em 9 fev. 2022.

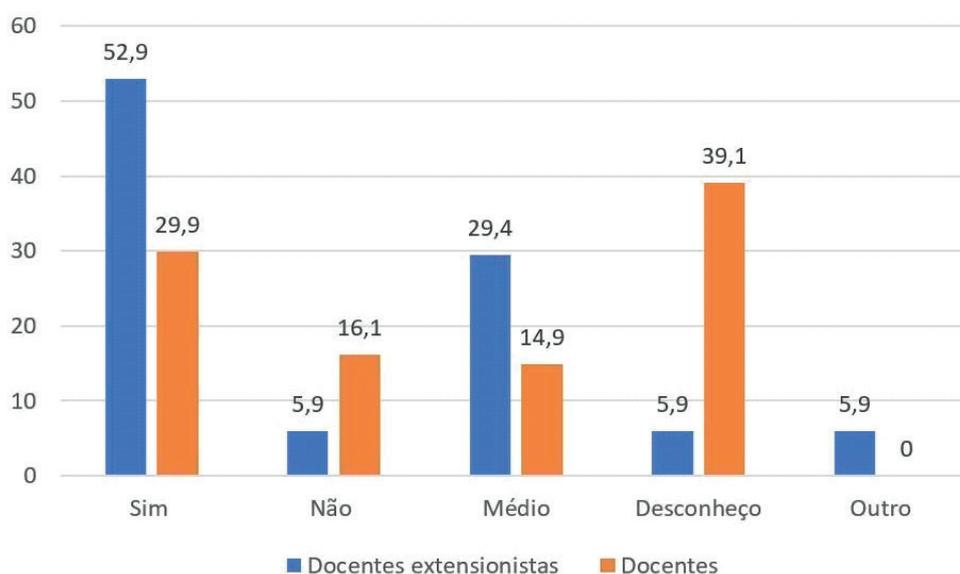
Figura 2. - Esforços realizados pelas IESs para adequarem-se à Resolução N° 7/2018



Fonte: Elaboração dos próprios autores.

Um movimento como esse, estabelecido para a reformulação curricular e para a efetiva prática extensionista articulada de forma direta e contínua ao Ensino e à Pesquisa, exige uma ampla e profunda discussão institucional com a participação de todos os agentes envolvidos. Por isso, os docentes foram questionados se em suas IESs foram criados ambientes de diálogo e se contaram com a participação de docentes, servidores e discentes para promover a Curricularização da Extensão. As respostas sintetizadas na Figura 3 demonstram discrepância significativa entre os dados coletados entre os docentes extensionistas e os docentes em geral, com destaque para o grande número de respostas negativas, medianas e, principalmente, que apontam para o desconhecimento das ações realizadas.

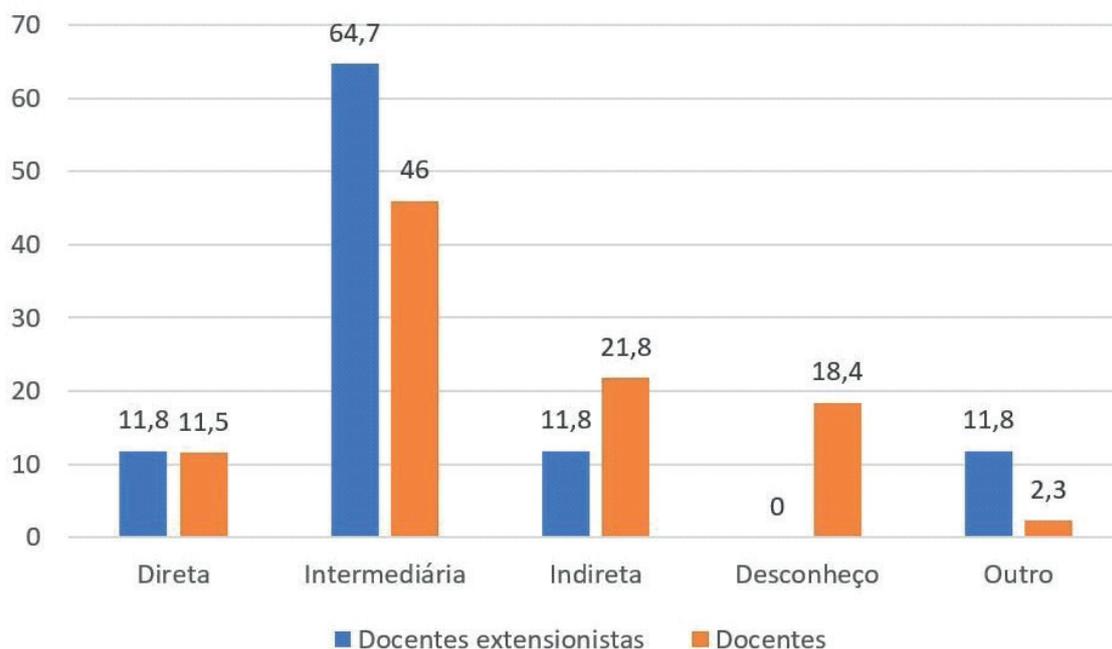
Figura 3 - Criação de ambientes de diálogo com a participação de docentes, servidores e discentes para a adequação das IESs à Resolução N° 7/2018



Fonte: Elaboração dos próprios autores.

Apesar de a Resolução N° 7/2018 regulamentar a Curricularização da Extensão, o CNE/SES/MEC concede às IES relativa liberdade com a prerrogativa de respeitar as características de cada uma e aos seus respectivos centros, unidades e cursos (p.e. localização, áreas de atuação, número de docentes e discentes). Nesse sentido, é possível realizar esse processo de várias formas e com maior ou menor foco e/ou profundidade em sua relação com o Ensino e a Pesquisa. A partir dessa flexibilidade e, portanto, das diversas possibilidades existentes no processo de Curricularização, os docentes foram convidados a responder sobre modelos de integração da Extensão nos currículos que mais se aproximam das suas respectivas realidades institucionais. Elaboramos três modelos de Curricularização com suas específicas descrições: (i) *direta* (fazendo parte de todas ou da maioria das disciplinas e com projetos – docentes e institucionais – que articulam Ensino, Pesquisa e Extensão); (ii) *intermediária* (a partir de disciplinas isoladas/específicas inseridas na grade curricular e de alguns projetos extensionistas que fazem a mediação de Ensino e Extensão); (iii) *indireta* (a partir de atividades complementares e predominantemente desassociada ao Ensino e à Pesquisa). Os docentes ainda tiveram a possibilidade de escolher outras vias: *desconheço*; *outro*; aos docentes extensionistas foi dada a oportunidade de elaborar de forma discursiva sua própria resposta. Conforme está apresentado em detalhes na Figura 4, a maioria dos docentes de ambos os grupos de entrevistados escolheu as opções *intermediária* e *indireta* (67,8% dentre os docentes e 76,5% dentre os docentes extensionistas)⁸.

Figura 4 - Modelo de integração da Extensão na matriz curricular que mais se aproxima da realidade das IESs

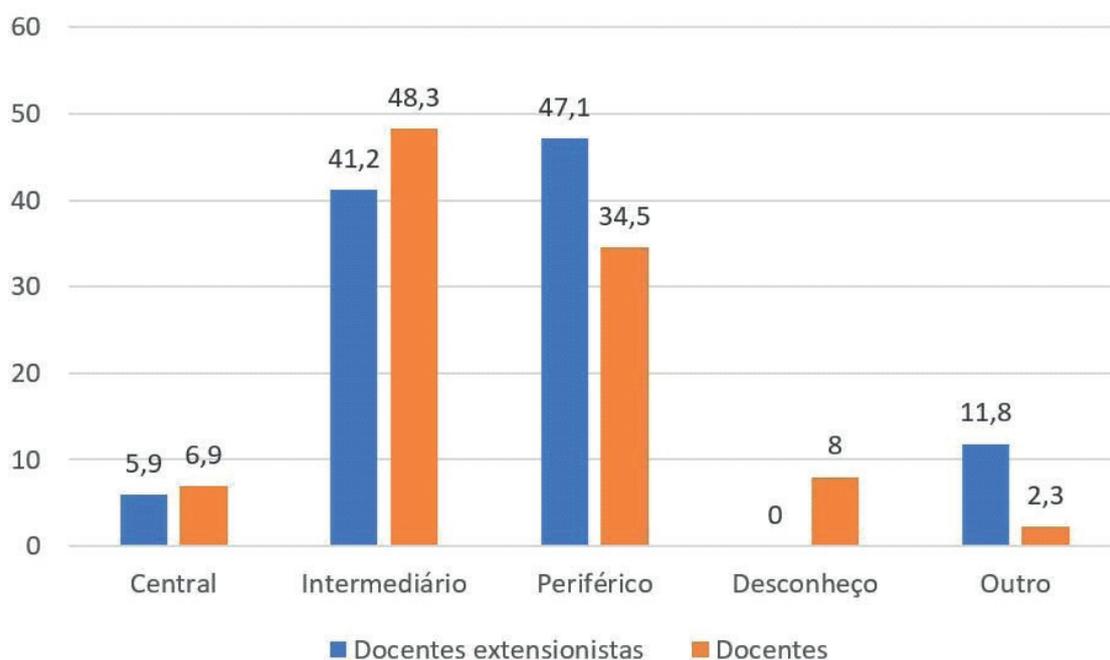


Fonte: Elaboração dos próprios autores.

⁸ É importante ressaltar, conforme descreveu um professor extensionista da UFRJ, que universidades de grande porte (com centros, unidades e cursos distintos), de acordo com a autonomia prevista em seus respectivos regimentos, podem assumir internamente modelos distintos de integração da Extensão nos currículos.

Nessa direção, com a finalidade de aprofundar a compreensão dos processos de Curricularização da Extensão, os docentes foram convidados a responder sobre o papel da Extensão Acadêmica na formação dos graduandos de suas respectivas IESs. Com essa finalidade, foram elaboradas três possibilidades, conforme descrito a seguir, além de desconhecimento, outro e da possibilidade de elaboração da própria resposta de forma discursiva. As três possibilidades são: central (possui valor claro no processo de ensino-aprendizagem e está integrada às disciplinas); intermediário (possui importância mediana, existem algumas disciplinas e projetos que articulam Ensino e Extensão, mas a maioria são atividades extensionistas não articuladas ao Ensino); Periférico (pouca importância, praticamente não existem disciplinas ou projetos que articulam Ensino e Extensão e as ações extensionistas são praticadas como atividades complementares). Majoritariamente os docentes apontaram o papel da Extensão na formação discente como intermediário e periférico (82,8% dentre os docentes e 88,3% dentre os docentes extensionistas), conforme está pormenorizado na Figura 5.

Figura 5 - Papel atual da Extensão Acadêmica na formação dos graduandos das IESs.



Fonte: elaboração dos próprios autores.

Os docentes extensionistas apresentaram de forma discursiva importantes detalhes da Curricularização da Extensão em suas IESs e apontaram, dentre outros fatores, para formas e tempos distintos de construção e efetivação desse processo, pois, enquanto algumas IESs já debateram, elaboraram e avançaram na Curricularização, outras pouco debateram e estão longe de finalizar esse processo. Reforçou-se a ideia de que há múltiplas possibilidades de integrar a Extensão nos currículos e, também, que uma mesma IES pode, em seus diferentes institutos, unidades, centros e cursos, assumir características e caminhos distintos. Além disso, na maioria das IESs, os órgãos responsáveis pela Extensão, junto com órgãos colegiados e outros órgãos institucionais, elaboraram regimentos internos, com base na Resolução N° 7/2018, para orientar e direcionar a inserção da Extensão nas matrizes curriculares. Alguns desses relatos estão apresentados no Quadro 2.

Quadro 2 - Relatos dos docentes extensionistas sobre o processo de Curricularização da Extensão em suas respectivas IESs.

<p>“Varia muito de centro para centro (Saúde x Engenharia x Educação etc.) como entre cursos. A diretriz também varia de acordo com a visão do Pró-reitor. Nossa resolução (...) foi debatida amplamente na IES com participação de todos os centros e atualmente tem orientado na criação das resoluções para cada curso” (UFRN).</p>
<p>“Na UFRJ cada unidade/cursos implementa a resolução de forma diferente, há muita autonomia (UFRJ).</p>
<p>“Foi consolidada uma minuta que prevê uma diversidade de possibilidades para a Curricularização da Extensão visando atender à diversidade de circunstâncias dos cursos de Graduação da Universidade” (IF Sudeste de MG).</p>
<p>“Nossa instituição já instituiu e aprovou sua Resolução de Curricularização” (UFPA).</p>
<p>“Participei da comissão do Conselho de Graduação do CEFET-MG responsável pela resolução com as diretrizes para integração das atividades de extensão na Graduação. Tal documento está em fase de apreciação no CEPE (Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão)” (CEFET-MG).</p>
<p>“A minha instituição ainda está em processo de construção dessa adequação” (UFSCAR).</p>

Fonte: Elaboração dos próprios autores.

Além disso, os docentes extensionistas relataram desafios enfrentados em suas instituições a respeito do processo de Curricularização, que resgatam discussões históricas da subalternidade da Extensão no Ensino Superior. As discussões apresentadas anteriormente sobre a relação quase sempre problemática entre Universidade e Sociedade e sobre o papel quase sempre acessório da Extensão nas universidades brasileiras (“torre de marfim”, “santuário do saber” “tecnocracia”, “conservadorismo”, “elitização”, “privilégios” etc.) estão materializadas nos relatos apresentados no Quadro 3.

Quadro 3 - Relatos dos docentes extensionistas sobre os desafios do processo da Curricularização da Extensão.

"Falta clareza da comunidade e da própria gestão do verdadeiro significado e potencialidades da creditação curricular da extensão preconizada tanto na Meta 12.7 do PNE, quanto na Resolução 7/18 do CNE" (IFSP).
"No momento minha IES não abriu esse debate para discussão e articulação junto aos cursos. (...) Os desafios, especificamente no curso em que estou atuando (Medicina), são a elevada carga horária e o desconhecimento da forma de atendermos a essa resolução. Estamos aguardando, mas até o momento não há nenhum movimento de adequação" (UNESP).
"Pouca discussão com o corpo docente e com os estudantes; entender a extensão como a universidade sendo um ente superior de conhecimento que resolverá os problemas sem um diálogo e integração mais efetiva com a comunidade; para alguns é apenas uma mera burocracia que precisa ser cumprida; pouca valorização da relação ensino-pesquisa-extensão; extensão como cursos rápidos" (UTFPR).
"Não existe esforço para a discussão prévia na Faculdade sobre os benefícios e dificuldades no entendimento e na implementação do que está colocado nas normativas citadas, MEC e UnB. (...) colocando uma visão sobre a Faculdade de Tecnologia, não sobre toda a UnB, imagino que cerca de 95% dos professores da Faculdade de Tecnologia, ou mais, não entendam o significado das atividades de extensão universitária. (...) O entendimento com a nova normativa tem gerado alguns casos, por exemplo, de professores querendo oficializar palestrantes convidados para participar de uma ou outra aula das disciplinas de graduação em atividades de extensão. E isso é, inclusive, recomendado pela coordenação de extensão da Faculdade de Tecnologia. Além de casos como esse, o entendimento da oferta de cursos pagos como atividade de extensão é comum. Imagino que, no final, a Resolução Nº 7/2018 gerará muitos casos como os mencionados, formas variadas de cumprimento dos 10% dos créditos geradas por um entendimento, em geral, pífio sobre extensão na nossa área" (UNB).
"Há pouca preocupação com a Resolução Nº 7/2018 nas principais posições de chefia. Iniciativas localizadas de alguns docentes na criação de espaços de debate sobre o assunto. O órgão específico que tratava da Extensão foi transformado em Pró-reitoria de Pesquisa e Relacionamento Institucional - IPR e não pautou, até o momento, a discussão da Curricularização da Extensão. Há pouca participação no debate e grande desconhecimento dos docentes em relação à Extensão" (ITA);

Fonte: Elaboração dos próprios autores.

Neles percebemos, dentre outros elementos específicos, que em muitas IESs não há discussão aberta e profunda sobre as Diretrizes da Extensão (Resolução nº 7/2018), sobre o papel social das universidades e do Ensino Superior e sobre as potencialidades das atividades extensionistas relacionadas à melhoria do Ensino e da Pesquisa. Revelam-se, também, as dificuldades, os conflitos e as forças em tensão existentes quando o assunto é a alteração da estrutura curricular dos cursos. Além disso, alguns relatos manifestam preocupação com o movimento acanhado realizado em muitas IESs que assumem a obrigatoriedade da Curricularização da Extensão de forma superficial, nas quais esta pode ser arranjada a partir de atividades complementares e do interesse particular de docentes, sem a sua articulação estrutural no currículo e sem a profunda mediação de Ensino-Pesquisa-Extensão.

Considerações finais

Esse breve artigo procurou analisar, de forma geral, questões relacionadas aos profundos desafios da realidade brasileira atual para a efetivação de uma Educação Superior de qualidade e objetivou discutir, mais especificamente, os desafios e dificuldades de realizar Extensão Acadêmica e de integrá-la ao Ensino e à Pesquisa, como preconiza o princípio constitucional da *indissociabilidade*.

Os desafios para a realização da Extensão Acadêmica no Brasil foram analisados a partir da relação quase sempre problemática entre Universidade e Sociedade e do papel quase sempre acessório da Extensão nas universidades brasileiras, evidenciados nos fenômenos da “torre de marfim” e do “santuário do saber”.

Contrariamente a esses fenômenos, propõe-se a constituição de uma perspectiva de conjunto (*ensemble*), um tecido sem costura (Universidade-Sociedade), a partir da inter-relação de Ensino, Pesquisa e Extensão, com foco na formação integral de qualidade e na produção de conhecimentos.

Apesar das prerrogativas formais e dos esforços institucionais realizados para enfrentar os desafios relacionados à Extensão, percebe-se que esta é uma discussão inacabada que resulta em inúmeras dificuldades práticas e cotidianas para a realização das atividades extensionistas. Assim, com a finalidade de compreender mais detalhadamente essas questões, procurou-se investigar e analisar as dificuldades que envolvem a prática extensionista sob a ótica docente.

As principais dificuldades elencadas pelos professores e analisadas no artigo estão relacionadas às condições institucionais e laborais que dificultam ou mesmo inviabilizam a realização da Extensão. Dentre elas estão (1) a falta de financiamento específico para a Extensão, (2) a pouca importância da Extensão na ascensão profissional (pouco valor em progressões e promoções), (3) o pouco incentivo e apoio institucional, (4) as condições laborais vivenciadas nas IESs e (5) o desinteresse docente, relacionado com o desconhecimento do que é Extensão.

Por fim, o artigo propôs uma análise sobre os desafios e dificuldades do processo de Curricularização da Extensão, conforme a obrigatoriedade prevista na Resolução N° 7, de 18 de dezembro de 2018, que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira.

Dentre os elementos principais apresentados e debatidos no artigo, evidencia-se o fato de a maioria dos docentes terem conhecimento da Resolução N° 7/2018. No entanto, houve discrepância nas respostas sobre a criação de ambientes de diálogo e abertura de espaços de participação nas IESs para tratar da Curricularização da Extensão. Dentre os modelos de integração da Extensão nos currículos apresentados na pesquisa, a maioria dos docentes assinalou as opções *intermediária* e *indireta*. Quando questionados sobre o papel da Extensão Acadêmica na formação dos graduandos, a grande maioria apontou a Extensão como *intermediária* e *periférica*.

Além disso, diversos relatos docentes foram importantes para compreender a forma como a Curricularização vem sendo realizada e os desafios relacionados ao tema. Dentre eles, nota-se que, apesar de diversas IESs terem elaborado regimentos internos sobre o assunto, há um descompasso entre elas para a efetivação desse processo, uma vez que algumas já estão avançadas e outras, atrasadas, ou mesmo longe de finalizar a Curricularização. Reforçou-se, também, que há múltiplas possibilidades de integrar a Extensão nos currículos e que, mesmo dentro de uma IES, esse processo pode ocorrer de diversas formas.

Assim, o artigo buscou demonstrar que desafios historicamente longínquos, relacionados à subalternidade da Extensão Acadêmica no Ensino Superior, articulam-se com

dificuldades práticas e cotidianas para a realização de atividades extensionistas e, conseqüentemente, associam-se aos entraves na efetivação do processo de integração curricular da Extensão, conforme prevê a legislação.

REFERÊNCIAS

Addor, F.; Lianza, S. (Org.). (2015). *Percursos na extensão universitária: saindo da torre de marfim*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Faperj.

Albuquerque, E. M. (2009) *Avaliação da técnica de amostragem "Respondent-driven Sampling" na estimação de prevalências de Doenças Transmissíveis em populações organizadas em redes complexas* (Dissertação de Mestrado). Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca – ENSP; Rio de Janeiro: Ministério da Saúde – Fiocruz.

Brasil (2014). Lei Federal 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o *Plano Nacional de Educação* - PNE e dá outras providências. Brasília, DF, 25. Jun. 2014. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm.

Brasil (2018). Ministério da Educação. *Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira*. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CES n. 7, de 18 de dezembro de 2018. http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=104251-rces007-18&category_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192.

Brasil (2020). [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidente da República. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.

Crocco, F. L. T.; Combinato, D. S.; Kleba, J. B.; Cruz, C. C.; Oliveira, N. N. P. (2021). Engenharia e extensão universitária numa perspectiva CTS: teoria e prática no processo ensino-aprendizagem. In: Baumgarten, M; Guivant, J. (Org.) *Caminhos da ciência e tecnologia no Brasil: políticas públicas, pesquisas e redes*. Porto Alegre: Editora da UFRGS.

Dagnino, R. (2021) A Curricularização da Extensão e a Extensão Disciplinar Solidária. *Jornal GGN*. <https://jornalggn.com.br/debate/a-curricularizacao-da-extensao-e-a-extensao-disciplinar-solidaria-por-renato-dagnino/>.

Demo, P. (1996) Extensão: a má consciência da universidade. In: *Cadernos de Extensão Universitária*, Ano 2, No 5, p. 21-30.

Demo, P. (2001). Lugar da Extensão. In: Faria, D. S. (Org.). *Construção conceitual da Extensão Universitária na América Latina*. Brasília: Universidade de Brasília.

Deus, S. (2020). *Extensão universitária: trajetórias e desafios*. Santa Maria, RS: Ed. PRE-UFSM.

Figueiredo, S. C. G. (2020). Atividades de Extensão: a Curricularização da Extensão no Ensino Superior. In: Asensi, F. (Org.). *Produção Acadêmica e Pluralidade*. Rio de Janeiro: Pembroke Collins.

Forproex. (2006) *Indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão e flexibilização curricular: uma visão da extensão*. Porto Alegre: UFRGS; Brasília: MEC/SESu.

Forproex. (2012) *Política Nacional de Extensão Universitária*. Manaus-AM. <https://proex.ufsc.br/files/2016/04/Pol%C3%ADtica-Nacional-de-Extens%C3%A3o-Universit%C3%A1ria-e-book.pdf>.

Fraga, L. S. (2019) As relações entre universidade e sociedade a partir da extensão ou por que não é suficiente ir às praças mostrar o que a universidade faz. *Revista do EDICC*, 6. 6º Encontro de Divulgação de Ciência e Cultura – UNICAMP, 11-20. <https://revistas.iel.unicamp.br/index.php/edicc/article/view/6507>.

Freire, P. (2001). *Extensão ou comunicação?* 11. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Freire, S. M. (2011). Desafios da Extensão Universitária na Contemporaneidade. *Revista Conexões da UFG*, 7(1), 8-15. <https://revistas2.uepg.br/index.php/conexao/article/view/3670>.

Gadotti, M. (2017). Extensão Universitária: Para quê?. *Instituto Paulo Freire*. https://www.paulofreire.org/images/pdfs/Extens%C3%A3o_Universit%C3%A1ria_-_Moacir_Gadotti_fevereiro_2017.pdf.

Mayorga, C. (2021). Reflexões sobre a integralização da Extensão nos currículos de graduação. *Interfaces - Revista De Extensão Da UFMG*, 9(2). <https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistainterfaces/article/view/37719>.

Minayo, M. C. S. (Org.); Deslandes, S. F.; Gomes, O. C. N. R. (2015) *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. 34. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes.

Nez, E.; Esser, F. (2016). A extensão universitária sob foco de estudo: reflexões sobre limites e desafios. *Interagir: pensando a extensão*, [S.l.], n. 21, 01-16, jun. <https://doi.org/10.12957/interag.2016.15543>.

Novaes, H. T.; Dias, R. (2009) Contribuições ao Marco Analítico-Conceitual da Tecnologia Social. In: Dagnino, R. P. et al. *Tecnologia social: ferramenta para construir outra sociedade*. Campinas, SP: IG/UNICAMP.

Pereira, N. F. F., Vitorini, R. A. S. (2019) Curricularização da Extensão: desafio da Educação Superior. *Interfaces - Revista de Extensão da UFMG*, 7(1), 19-29. <https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistainterfaces/article/view/19047>.

Rena, N. (2020). Urgente: é preciso fortalecer a extensão universitária. *Interfaces - Revista De Extensão Da UFMG*, 7(2), 8-17. <https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistainterfaces/article/view/19282>.

Triviños, A. N. S. (1995) *Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais – A Pesquisa Qualitativa em Educação*. 4ª Edição. São Paulo: Editora Atlas.

Wolff, R. P. (1993). *O ideal da universidade*. São Paulo: Editora Unesp.

DATA DE SUBMISSÃO: 01/06/2022

DATA DE ACEITE: 22/12/2022